

Congresso promulga reformas da Previdência e tributária



Genildo Maggela

■ Emendas constitucionais serão promulgadas hoje, às 10h, em sessão solene

O presidente do Senado, José Sarney, também anunciou a prorrogação dos trabalhos legislativos até o dia 23 porque falta concluir a votação de algumas propostas, inclusive o Orçamento da União. A respeito de convocação do Congresso em janeiro, Sarney observou que a decisão só pode ser tomada em conjunto com o presidente da Câmara, João Paulo Cunha, com quem discutiria o assunto.

Páginas 4 e 5

AUTOCONVOCAÇÃO Na sessão do Congresso, Sarney anunciou que atividades parlamentares prosseguem até a próxima terça-feira

Comissão mantém tabela do Imposto de Renda

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem o projeto que prorroga até 31 de dezembro de 2005 a alíquota de 27,5% para os contribuintes com vencimentos superiores a R\$ 2.150. A proposta pode ser votada hoje pelo Plenário do Senado.

Já os senadores da Comissão de Constituição e Justiça aprovaram autorização para a prefeitura de São Paulo contratar empréstimo de R\$ 100,4 milhões junto ao BID.

Página 3



José Cruz

DEBATE Proposta sobre o Imposto de Renda foi amplamente discutida pelos senadores da CAE

Plenário aprova subvenção para seguro rural

Projeto garante subvenção econômica ao prêmio do seguro rural e renegociação da dívida de pequenos agricultores acumulada entre 1998 e 2000.

Página 3



Parlamentares passam fim de semana examinando Orçamento

Objetivo é assegurar votação da proposta pelo Plenário do Congresso até segunda ou terça-feira

O relatório final sobre o projeto da lei orçamentária de 2004 deve ser entregue hoje pelo deputado Jorge Bittar (PT-RJ) à Comissão Mista de Orçamento (CMO). Com isso, os parlamentares terão o fim de semana para analisar o texto, que pode ser votado em sessão conjunta do Congresso na segunda ou terça-feira, quando termina o período de autoconvocação.

Autoconvocação é prorrogada até o dia 23

Em sessão do Congresso Nacional, o presidente do Senado, José Sarney, oficializou a prorrogação dos trabalhos do Legislativo.

O período de 16 a 20 de dezembro, para o qual as duas Casas legislativas foram convocadas extraordinariamente, foi estendido até o dia 23 deste mês.

Não está previsto o pagamento de qualquer ajuda de custo aos parlamentares durante a autoconvocação.

Sarney informou ainda que, na próxima segunda-feira, às 11h, será retomada a sessão conjunta do Congresso. Serão votados o projeto de lei orçamentária de 2004 e o Plano Plurianual 2004/2007 (PPA).

O PSDB queixou-se na CMO de ter tomado conhecimento dos conteúdos dos relatórios setoriais apenas durante as votações. Para fechar o parecer em tempo, o relator e consultores da comissão trabalharam durante toda a noite de ontem.

Uma das grandes dificuldades de última hora foi o acordo fechado entre os líderes governistas e os dos partidos de oposição, com a participação do secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, e do secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Bernardo Appy, para aprovar a medida provisória que termina com a cumulatividade da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

(Cofins) e eleva a sua alíquota (MP 135/03).

Perda de receita

O relator-geral confirmou que as concessões para setores de educação, saúde, transportes coletivos e pequenas empresas de *software* devem ocasionar uma perda de receita de cerca de R\$ 1 bilhão. E que deve ser feita uma revisão da arrecadação federal, visando cancelamentos nas despesas para ajustar a proposta orçamentária.

Os técnicos estão calculando o efeito da redução da taxa básica de juros (taxa Selic) sobre os subsídios creditícios concedidos pelo governo em financiamentos para setores como o agropecuário e o exportador, o

que poderia ajudar com cerca de R\$ 500 milhões. Essa diferença entre os juros projetados na proposta e a atualização das taxas também propiciou, no ano passado, economia adicional que ajudou a fechar as contas do orçamento.

PPA

O relator do Plano Plurianual de Investimentos (PPA) para 2004-2007, Roberto Saturnino (PT-RJ), manteve em seu parecer o corte gradual da meta de superávit fiscal. O relatório, já em processo de impressão, ainda não tem data para ser votado, embora Saturnino tenha manifestado o desejo de que fosse examinado antes do Orçamento da União para 2004.

Paim pede aprovação da PEC paralela

O senador Paulo Paim (PT-RS) reiterou seu apelo no sentido de que seja cumprido o acordo para a aprovação, em janeiro do próximo ano, da chamada PEC paralela da reforma da Previdência (PEC 77/03). Ele explicou que a matéria tem que ser votada o mais rapidamente para que os servidores públicos não sejam prejudicados.

– Se a matéria não for aprovada, eu vou ser muito chato. Essa PEC não é de brincadeira. Acordo é para ser cumprido, e foi firmado um compromisso para que a matéria seja aprovada ainda em janeiro, para não criar um espaço jurídico perigoso que possa trazer prejuízo para os servidores – afirmou.



Jane de Araújo

Paim exigiu o cumprimento do acordo

Tebet comenta rumores sobre convocação

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse ontem que há “uma onda muito forte de rumores” de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não convocaria o Congresso Nacional extraordinariamente a partir de 15 de janeiro para votar a chamada PEC paralela da reforma da Previdência (PEC 77/03).

– O presidente não pode fazer isso. A PEC 77 é fruto de um grande acordo, que envolveu o empenho do senador Paulo Paim (PT-RS), do líder Tião Viana (PT-AC) e de outros companheiros – salientou.

Em aparte, o senador Magno Malta (PL-ES) afirmou que, se não houver a convocação, seu partido não votará mais nada este ano. Da mesma forma, o senador Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, prometeu que nada mais se votará a partir de hoje se o acordo não for cumprido.



Roosevelt Pinheiro

Para Tebet, boatos trazem angústia aos senadores

Agenda

Plenário vota manutenção da alíquota do Imposto de Renda

O Plenário vota hoje, às 9h, projeto (PLC 101/03) que mantém a alíquota do Imposto de Renda Pessoa Física em 27,5%, para quem ganha mais de R\$ 2.150. A proposta foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos. Será discutido ainda projeto (PRS 68/03) autorizando a prefeitura de São Paulo a contrair empréstimo de US\$100,4 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).



Congresso promulga reformas

Será realizada hoje, às 10h, sessão solene do Congresso Nacional para a promulgação das reformas tributária e da Previdência. A sessão, no Plenário do Senado, deve contar com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, além dos presidentes das duas Casas legislativas.

Comissão discute Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se na segunda-feira, às 10h, para a análise do Orçamento de 2004. Para garantir a votação do projeto este ano, a autoconvocação do Congresso foi prorrogada até o dia 23 de dezembro.

Balanço das atividades

O presidente do Senado, José Sarney, concede entrevista coletiva hoje, às 7h30, para dez emissoras de rádio, quando fará o balanço dos trabalhos legislativos do ano. Às 12h, Sarney participa de reunião com a Mesa Diretora.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sérgio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



ALCANÇE Tourinho destaca que a medida deve beneficiar 600 mil produtores em todo o país

Renegociação de dívida rural tem aprovação

O Senado aprovou ontem projeto que prevê subvenção econômica ao prêmio do seguro rural e garante a renegociação da dívida acumulada entre 1998 e 2000 pelos pequenos produtores, com condições especiais para os que trabalham no semi-árido nordestino e no norte de Minas Gerais.

O relator da proposta (PLC 68/03), senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), elogiou a disposição do líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), para resolver esse problema dos produtores, o empenho pessoal dos líderes do PFL, José Agripino (RN), e do PMDB, Renan Calheiros (AL).

Rodolpho Tourinho explicou que o seguro rural é de alto risco, devido à incerteza das safras agrícolas, e muito caro em relação à rentabilidade do setor. Por isso, tornou-se necessária a subvenção oficial, no valor total ou em percentual do prêmio a ser pago em caso de safra, acrescentou. A subvenção será concedida apenas a quem estiver adimplente com a União.

Renegociação

A senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) disse que ficou faltando um seguro para o pequeno produtor, uma vez que o Proagro é seguro de crédito e não cobre as perdas desses agricultores, mas as do agente financeiro. A senadora também lembrou sua luta para que fosse incluída no projeto a renegociação das dívidas dos pequenos agricultores.

Tourinho explicou que serão beneficiados com a renegociação da dívida 600 mil pequenos produtores. O projeto volta ao exame da Câmara dos Deputados, para exame das emendas incluídas pelos senadores.

Plenário decide se mantém alíquota de 27,5% do IR

■ Projeto, que prorroga a atual tabela do imposto, foi aprovado ontem pela CAE

O Plenário pode votar hoje o projeto de lei da Câmara (PLC 101/03) que mantém a atual tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física. A proposta, aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), prorroga até 31 de dezembro de 2005 a alíquota de 27,5% para os contribuintes com vencimentos superiores a R\$ 2.150.

O relator, senador José Jorge (PFL-PE), apresentou substitutivo à proposta estabelecendo a adoção da alíquota de 25% para os que ganham acima de R\$ 2.600, que entraria em vigor em 1º de janeiro de 2004.

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ofereceu voto em

separado propondo a não obrigatoriedade da correção anual do Imposto de Renda e a correção da tabela em 25% a partir de 2005. O senador César Borges (PFL-BA) ofereceu cinco emendas, entre as quais a que aumentava de R\$ 1.058 para R\$ 1.300 os salários com isenção. O substitutivo, o voto em separado e as emendas foram rejeitados.

José Agripino (PFL-RN) disse que a não correção da tabela representa queda no poder aquisitivo dos brasileiros e aumento da carga tributária. Já o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), lembrou que o governo anterior ficou sete anos sem reajustar a tabela e só a modificou, em 2002, quando obteve aumento das receitas. Mercadante propôs a criação, no ano que vem, de subcomissão para discutir o tema.

Para Antero Paes de Barros

(PSDB-MT), os maiores beneficiados com a correção da tabela seriam as classes média e pobre. Já Sérgio Guerra (PSDB-PE) estranhou que o atual governo nem sequer tenha marcado uma data para alterar a tabela. Mão Santa (PMDB-PI) avalia que o congelamento da tabela do imposto prejudicará ainda mais a classe média.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) lamentou que o Brasil tenha uma das cargas tributárias mais altas do mundo. Fernando Bezerra (PTB-RN) registrou que gostaria de votar contra o governo, mas observou que as condições econômicas do país não permitem qualquer alteração. Renan Calheiros (PMDB-AL) reconheceu que a alíquota sobrecarrega o brasileiro, e admitiu que no próximo ano o Congresso reabrirá a discussão da matéria, "com ousadia e criatividade".



GARANTIA Texto original do projeto de Edison Lobão previa seguro em caráter obrigatório

Senado acolhe seguro para casa na planta

Na sessão de ontem, o Plenário aprovou projeto de lei que estabelece a contratação de seguro-garantia opcional na compra de imóveis novos em construção. A proposta original (PLS 543/99), de iniciativa do senador Edison Lobão (PFL-MA), instituiu o seguro em caráter obrigatório.

A proposta foi relatada favoravelmente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pelo senador Fernando Bezerra (PTB-RN), que acolheu quatro emendas oferecidas em Plenário, uma delas objetivando tornar o seguro facultativo.

Polêmica

Durante o debate na Comissão de Justiça, em reunião realizada na última quarta-feira, o senador Demostenes Torres (PFL-GO) defendeu a tese de que a contratação do seguro deveria ser obrigatória, como forma de dar total garantia aos compradores. Já o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), assinalou que o projeto abre caminho para a implantação da cultura do seguro no país e, por isso, deve ser, inicialmente, de caráter opcional.

Na opinião do líder, a construção civil – o setor que emprega mais mão-de-obra no país – estaria, em um primeiro momento, livre da obrigação de mais um ônus financeiro. Mercadante admitiu, entretanto, que, no futuro, o seguro-garantia possa se tornar obrigatório. Na discussão do projeto, o senador Marcelo Crivella (PL-RJ), ao concordar com Mercadante, disse que "onerar ainda mais o setor da construção civil é sinônimo de mais desemprego". A proposta vai agora a votação na Câmara.



DEBATE Comissão de Assuntos Econômicos discutiu longamente a proposta de autoria do Executivo

Empréstimo para São Paulo será votado

Está prevista para hoje a votação em Plenário do Projeto de Resolução 68/03, que autoriza a prefeitura de São Paulo a contratar empréstimo de R\$ 100,4 milhões no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para financiar o Programa de Reabilitação da Área Central da Cidade (Procentro). Relatório do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) favorável ao projeto foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) se manifestou favoravelmente ao empréstimo. "A reabilitação do centro de São Paulo é fundamental", disse. O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) ressaltou que o dinheiro do

BID é barato. "Estamos cumprindo um acordo em que o próprio Senado foi fiador. A prefeitura de São Paulo paga a dívida em parcelas maiores que as normais. A prefeitura tem feito o pagamento, mas é importante que cumpramos nossa parte do acordo", declarou.

Aloizio Mercadante (PT-SP) reconheceu que o empréstimo é um tema que está nos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. "Quando foi repactuada a dívida com a União, houve condições especiais para amenizar os impactos que o pagamento dos serviços da dívida teriam. A negociação é anterior ao governo Lula e à administração da prefeita Marta Suplicy. Esse é o último empréstimo a que a cidade tem direito e é semelhante

a um empréstimo para o Rio de Janeiro, que vai destinar US\$ 60 milhões para programas de educação", afirmou.

O líder do PSB, Antonio Carlos Valadares (SE), observou que a autorização atende às exigências das resoluções 43/00 e 26/00. Da mesma forma, o líder do PTB, Fernando Bezerra (RN), observou que o relatório não deixa dúvidas quanto à legalidade do empréstimo.

Já César Borges (PFL-BA) destacou que os recursos destinados a São Paulo são superiores aos investidos em outras cidades. Ele registrou que, na semana passada, foi aprovado empréstimo de R\$ 9 milhões para Salvador, enquanto o empréstimo para São Paulo atinge R\$ 300 milhões.

REFORMAS

Sessão solene que reunirá as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado será realizada às 10h. As duas emendas à Constituição entram em vigor após longas e difíceis negociações nas duas Casas

Congresso promulga tributária e Previdência

O presidente do Senado, José Sarney, anunciou ontem que as emendas constitucionais que alteram os sistemas previdenciário e tributário serão promulgadas hoje, às 10h, em sessão solene do Congresso, pelas Mesas do Senado e da Câmara.

Indagado pelos jornalistas sobre a solenidade, Sarney respondeu que será como todas as sessões de promulgação de emendas constitucionais. Informou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não estará presente. Anunciou ainda que o encerramento dos trabalhos do Legislativo, anteriormente

anunciado para amanhã, será agora no dia 23, porque falta concluir a votação de algumas matérias, entre elas o Orçamento de 2004.

Quanto à convocação dos trabalhos do Congresso em janeiro, Sarney lembrou que essa é uma decisão que só pode ser tomada em comum acordo com o presidente da Câmara, João Paulo Cunha, com quem ele ainda não conversou sobre o assunto.

Avaliação

Persuadido a falar sobre o primeiro ano do governo Lula, Sarney afirmou que sua avalia-

ção é positiva, como provavelmente é a da maioria da população. Ele disse que esse foi um ano bom para o Brasil, sobretudo observando-se o entendimento político construído entre Legislativo e Executivo.

– Lula mostrou que é possível realizarmos e avançarmos bastante, quando essas forças estão conjugadas numa mesma direção. Nunca, na história do Congresso, poderíamos ter a votação de uma reforma tão importante para o povo brasileiro, como a reforma tributária, decidida por unanimidade – ressaltou.

Sarney reconheceu ainda que o ano teve dificuldades e necessitou de ajustes, principalmente no início do governo.

– Mas acho que conseguimos atravessar todos esses ajustamentos. Começamos o ano com uma certa indecisão quanto ao futuro, achando que o Brasil poderia ter resultados muito ruins, e estamos terminando o ano com grande esperança, sabendo que agora o caminho está pronto para que 2004 seja um ano de desenvolvimento – ressaltou.

O presidente do Senado também celebrou o fim das tensões

sociais que preocupavam o país.

– Sempre achei que o presidente Lula faria isso. Nós tivemos um ano em que as tensões sociais diminuíram e em que o povo brasileiro se voltou mais para as convergências do que para as divergências – disse.

Sarney também previu que, em 2004, o Brasil crescerá.

– Sem crescimento, todos os problemas se tornam difíceis. E agora o Brasil pode crescer e vai crescer. Com as medidas que o Congresso votou, o terreno está pronto para que se volte a ter uma fase de desenvolvimento econômico – finalizou.

Da Câmara ao Senado, Previdência foi aprovada em 226 dias



O presidente Lula entrega ao Congresso Nacional, em 30 de abril, as propostas de reformas tributária e da Previdência



A votação da Previdência, tanto na Câmara como no Senado, foi precedida de manifestações contrárias de servidores



A Comissão de Justiça do Senado realizou audiências, inclusive com o ministro Ricardo Berzoini (E), para analisar a proposta



A votação da Previdência, concluída em 11 de dezembro, sempre foi acompanhada pelo público, que lotou as galerias

O que muda nas aposentadorias e pensões

Pensões

A pensão será integral até o teto do Regime Geral da Previdência Social, que passará a ser de R\$ 2.400 após a promulgação da emenda. Haverá um desconto de 30% sobre o que exceder esse limite.

Contribuição de inativos

A cobrança proposta inicialmente teve ajustes e os aposentados passam a pagar pelos mesmos índices de seus colegas da ativa sobre as parcelas que excederem, respectivamente, 50% do teto do Regime Geral da Previdência (R\$ 1.200), para os inativos dos estados e municípios, e 60% do teto (R\$ 1.440), para os inativos da União.

Aposentadoria integral

Como resultado das negociações, a aposentadoria integral permaneceu para o servidor que tenha ingressado no serviço público até a data de publicação da emenda, se cumpridos os seguintes requisitos:

Para homens: 60 anos de idade, 35 anos de contribuição, 20 anos de efetivo exercício no serviço público, dez anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria;

Para mulheres: 55 anos de idade, 30 anos de contribuição, 20 anos de efetivo exercício no serviço público, dez anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria. No caso dos professores que comprovem tempo de efetivo exercício exclusivamente nas atividades de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, os tempos de contribuição e de idade ficam reduzidos em cinco anos.

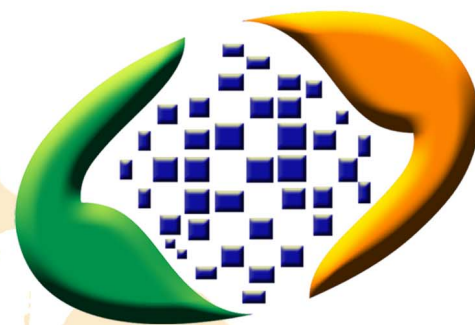
Uma lei definirá a totalidade da remuneração a que terá direito o servidor que se aposentar por essas regras.

Aposentadoria proporcional

Com a redação aprovada na Câmara, aqueles que ainda podem se aposentar proporcionalmente (ingressos até a publicação da Emenda 20, de 1998) só poderão fazê-lo atendendo às exigências de idade (53 anos para homem e 48 anos para mulher), de efetivo exercício no cargo (cinco anos para ambos os sexos) e de tempo de contribuição (35 anos se homem e 30 anos se mulher). Nesta última exigência, acaba o chamado "pedágio" de 40% e mantém-se o período adicional de 20%. Os proventos serão calculados levando-se em conta as remunerações que serviram de base para as contribuições feitas tanto ao Regime Geral quanto ao regime dos servidores públicos. Essas aposentadorias terão direito a reajustes que preservem seu poder aquisitivo, mas não ao reajuste paritário. No cálculo do provento, será aplicado um redutor de 3,5% por ano de antecipação em relação à idade da regra geral, para aqueles que completarem as exigências até 31 de dezembro de 2005, e de 5% para os que as completarem a partir de 1º de janeiro de 2006.

Paridade

Garantida para as aposentadorias e pensões vigentes e para aquelas cujos requisitos para aquisição tenham sido preenchidos até a publicação da emenda. Para as aposentadorias integrais concedidas com as novas exigências, a paridade fica assegurada na forma de uma lei que disciplinará quais parcelas da remuneração serão reajustadas pelos mesmos índices da ativa.



Subteto do Judiciário

A proposta acabou acatando o limite já expresso no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias: de 90,25% do subsídio do Supremo Tribunal Federal para o Judiciário estadual, o Ministério Público, os procuradores e os defensores públicos.

Previdência complementar

O novo regime previsto para os que ingressarem no serviço público será calculado de acordo com os salários que serviram de base para as contribuições dos dois regimes de Previdência. O reajuste também será feito por índice que garanta valor real. A Previdência complementar, entretanto, não deverá mais ser instituída por lei complementar, e sim por lei de iniciativa do respectivo Executivo – federal, estadual ou municipal. Ela deverá funcionar por meio de entidade fechada, de natureza pública, e oferecer exclusivamente a modalidade de contribuição definida. A contribuição previdenciária incidirá sobre o valor total que exceder o teto do Regime Geral da Previdência Social para quem se aposentar com essas regras.

REFORMAS

“Poucas vezes, os homens públicos deste país trabalharam com tanta dedicação”, afirmou o presidente da República a respeito do Congresso Nacional durante balanço do primeiro ano de governo

Lula faz elogios à atuação do Legislativo

O presidente do Senado, José Sarney, participou ontem da cerimônia em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez um balanço do primeiro ano de governo. Sentado ao lado de dona Marisa Letícia e do vice-presidente da República, José Alencar, o presidente do Senado ouviu Lula fazer elogios ao trabalho realizado pelo Congresso, sobretudo na aprovação das reformas da Previdência e do sistema tributário.

– O que o Congresso Nacional fez em sete meses para votar a reforma da Previdência Social e a reforma tributária em poucos momentos na história da instituição foi feito. Poucas vezes, os homens públicos deste país trabalharam com tanta dedicação e vontade de fazer o melhor – ressaltou o presidente da República.

Dirigindo-se especialmente ao presidente do Senado, Lula disse que queria que Sarney soubesse que o Poder Executivo “tem na memória o trabalho inestimável que vocês prestaram”, acrescentando que “o Brasil saberá reconhecer isso”.

No discurso, Lula ressaltou o relacionamento do Executivo com o Legislativo e, ao agradecer a aprovação das reformas constitucionais, assinalou que seu método sempre foi o de apostar no diálogo, sem abrir mão dos princípios.

O presidente da República disse que a democracia pressupõe o respeito às diferenças e que essa sempre foi a postura do seu governo. Ele afirmou ainda que o Congresso “reagiu de maneira digna, responsável e patriótica” às primeiras reformas propostas por seu governo.



RECONHECIMENTO Sarney participou da cerimônia em que Lula destacou o trabalho dos parlamentares

Na tributária, muita negociação e unanimidade



A Câmara dos Deputados vota em primeiro turno, no dia 17 de setembro, a reforma tributária



O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, foi uma das várias autoridades ouvidas pela Comissão de Justiça sobre a proposta



A discussão da reforma tributária, assim como a da Previdência, movimentou o Plenário do Senado



Em 17 de dezembro, o Plenário confirma o resultado de negociações e aprova em segundo turno o texto da tributária

Primeira

Entra em vigor em 2004 e garante o equilíbrio fiscal do governo:

- > Prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) por mais quatro anos.
 - > Prorrogação da Desvinculação de Receitas da União (DRU) por mais quatro anos.
 - > Partilha de 25% da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) com estados e municípios, pelo critério de quilômetros de estrada implantados.
 - > Cobrança da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre produtos importados com equivalentes nacionais.
 - > Implantação do Fundo de Desoneração das Exportações para compensar as perdas dos estados com a desoneração das exportações – estima-se que o fundo será, inicialmente, de R\$ 6,5 bilhões.
 - > Fim da cobrança cumulativa da Cofins em cada etapa da produção – haverá uma cobrança única de 7,6% sobre o produto acabado, em vez dos atuais 3% sobre cada etapa da produção, de forma cumulativa.
- Ainda na primeira fase: será implantado o Supersimples (formulário simplificado que vai facilitar o pagamento de impostos das micro e pequenas empresas); haverá prorrogação da Zona Franca de Manaus até 2023; o Programa de Renda Míni-

Alterações em três fases

ma terá caráter nacional; os encargos sobre a folha de pagamento das empresas serão reduzidos e haverá aumento de R\$ 1 bilhão no Fundo de Participação dos Municípios, liberados no mês de novembro, para que os prefeitos honrem o pagamento do 13º salário.

Em 2004, também passa a ser cobrada a menor das alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre os produtos da cesta básica. É prevista uma alíquota de 4%.

Segunda

- > Deverá ser votada no Congresso Nacional ao longo de 2004 para implantação em 2005 e 2006.
- > A mais importante das metas é a unificação do ICMS, até 2007, em cinco alíquotas nacionais, em substituição às 44 atualmente existentes em 27 legislações estaduais diferentes. É o fim da chamada “guerra fiscal”, pela qual os estados concedem isenções para atrair empresas. Eles perdem o poder de legislar sobre tributos. As cinco alíquotas serão definidas pelo Conselho de Política Fazendária (Confaz) e votadas pelo Senado como projeto de resolução.
- > A implantação do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) compensará os estados pelo fim da guerra fiscal. O FDR deverá ter inicialmente R\$ 2,2 bilhões, com 93% destinados

ao Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e os 7% restantes para cidades e estados com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

- > O governo federal apresentará, 180 dias depois de implantada a reforma, uma proposta de política industrial para o país, a fim de atender às regiões mais pobres.
- > Uma proposta de emenda à Constituição vai estabelecer a redução gradual da CPMF até a alíquota de 0,08%, enquanto lei complementar vai definir o cronograma da redução, de acordo com a situação fiscal do governo.
- > Proposta de emenda à Constituição vai impor a redução da carga tributária no país, com base na relação com o Produto Interno Bruto. Uma lei complementar deve fixar os parâmetros da redução.
- > Criação de cadastro único de contribuintes, compartilhado pela União, estados e municípios.

Terceira

- > Unificação do ICMS, do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre Serviços (ISS) em um novo tributo, o Imposto sobre Valor Agregado (IVA).
- > Fim dos fundos de Participação dos Estados e dos Municípios. Governos estaduais e prefeituras passarão a receber parte do IVA.

Virgílio aponta incapacidade administrativa



Virgílio: implacável com "os erros do Executivo"

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), desejou ontem, em discurso no Plenário, boas festas ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas mandou um recado: continuará implacável com os erros do governo

em 2004. Explicou que essa é uma necessidade ética, por ser ele parlamentar da oposição e político compromissado com o bem do país.

Segundo Virgílio, o governo demonstrou em seu primeiro ano incapacidade administrativa e cometeu erros de política econômica que podem prejudicar o desempenho em 2005 e 2006. Um desses equívocos, a seu ver, foi a adoção de metas para a área de energia que poderão afastar os investidores e acabar comprometendo a sustentabilidade do modelo econômico.

Hélio Costa aplaude fundo de exportações



Costa destaca superávit do governo Lula

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) destacou o fato de a reforma tributária ter criado um Fundo de Compensação de Exportações, no valor de R\$ 8,5 bilhões anuais, para assegurar aos estados exportadores que eles não serão

prejudicados em suas respectivas arrecadações quando aumentarem suas vendas ao exterior.

Segundo Hélio Costa, o estado de Minas Gerais apresentou, nas exportações, saldo de US\$ 4,6 bilhões entre janeiro e novembro de 2003, voltando a ser o terceiro maior estado exportador do país, atrás somente de São Paulo e Rio de Janeiro.

Ele considerou o superávit comercial do Brasil, da ordem de US\$ 70 bilhões, como um dos maiores êxitos do primeiro ano do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Borges exalta Congresso e critica atuação do governo

Senador qualifica como pífios os resultados obtidos na implementação de ações governamentais

O senador César Borges (PFL-BA) afirmou que, enquanto o Congresso Nacional – em particular o Senado – cumpriu “com louvor” o seu dever em 2003, o Executivo pecou pela falta de ousadia e, conseqüentemente, obteve resultados pífios na implementação das ações governamentais. Ele desejou sucesso ao governo Luiz Inácio Lula da Silva no próximo ano, para que o país encontre o rumo certo.

Para o senador, 2003 foi um “ano muito rico” para o Senado. Entre as principais matérias discutidas e aprovadas pela Casa, ele destacou os estatutos do Idoso e do Desarmamento e as reformas previdenciária e tributária. Lamentou, entretanto, que outras proposições relevantes, como o orçamento



ÊXITO César Borges considera 2003 um ano “muito rico” para os trabalhos do Senado Federal

impositivo e a nova Lei de Falências, tenham de aguardar a nova sessão legislativa.

Já o balanço do primeiro ano da administração petista, segundo Borges, não se mostra muito favorável. Além de tachar o atual governo de “extremamente conservador”, por repetir “quase tudo o que foi feito pelo governo anterior”, considerou-o “muito pouco operante” na área social. O se-

nador também criticou a manutenção de um superávit fiscal “irreal”, que teria retraído o nível de investimentos públicos, e apontou “um preocupante vazio de idéias e projetos” na esfera microeconômica.

– Temos ministros demais e resultados de menos. São 30 ministérios, com um monte de indicações políticas, para apenas 1% de resultado, segundo o próprio presidente da República – assinalou.

Borges listou ainda outros indicadores socioeconômicos negativos registrados em 2003, como desemprego de quase 20%, queda de 15,2% na renda do trabalhador, falta de investimentos em infra-estrutura e poucos avanços no desenvolvimento regional.

Em aparte, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) disse nunca ter visto um governo com tanto descaso com o Nordeste. Já o senador Demostenes Torres (PFL-GO), também em aparte, acusou o Executivo de beneficiar os estados mais ricos da Federação.

Raupp destaca o esforço do Senado

Ao fazer um balanço do trabalho parlamentar deste ano, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) manifestou satisfação com o volume de trabalho e a produtividade alcançada pelo Senado. Ele afirmou que, apesar de todas as dificuldades do país, tem esperança de que haverá crescimento econômico no próximo ano para gerar empregos e trazer paz para a população.

Raupp listou algumas das questões que defendeu ao longo deste ano, como a liberação



EMPENHO Valdir Raupp cita os principais pleitos que fez em favor do estado de Rondônia

da licença ambiental para que sejam iniciadas as obras do ra-

mal do gasoduto que deve levar combustível até Porto Velho, em Rondônia. Ele também citou a Usina Hidrelétrica do Madeira, que ainda está em fase de projeto, mas cuja obra poderá gerar cerca de 20 mil empregos; e rodovias federais, especialmente a BR-364. Disse que solicitou recursos para a recuperação dessa rodovia, tendo conseguido a liberação de mais de R\$ 200 milhões.

– Tenho a sensação do dever cumprido e confio no presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Suassuna vê “horizonte muito claro”

Lembrando sua preocupação com a situação econômica do país no início do ano, que classificou como “tétrica”, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse, ontem, que está mais tranquilo. Ele afirmou que a situação é muito melhor e vê um “horizonte muito claro e com grandes expectativas”.

O senador destacou os trabalhos desenvolvidos pelas comissões permanentes do Sena-

do e, especialmente, o trabalho em Plenário, ressaltando que “todos trabalharam com muito afinco”.

Suassuna observou, ainda, que mais uma vez o ciclo de estiagem castiga a Paraíba. Ele alertou para a necessidade de água para as populações do interior e informou que os carros-pipa não chegam com a regularidade necessária, aumentando o sofrimento no estado.



ESPERANÇA Suassuna diz que agora está mais tranquilo com o quadro da economia



CONSTATAÇÃO Para Heráclito, é humilhante o tratamento dado pelo governo a Wellington Dias

Heráclito: Piauí recebeu menos verbas este ano

Ao comentar os primeiros 12 meses da administração petista no país e no estado do Piauí, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) afirmou que 2003 foi um ano perdido. Referindo-se especificamente a seu estado, disse que, mesmo sendo o governador Wellington Dias do mesmo partido do presidente da República, o Piauí vai receber menos recursos do que na gestão Fernando Henrique Cardoso.

Analisando a proposta de orçamento encaminhada pelo presidente Lula ao Congresso, Heráclito destacou que o governo petista está propondo investimentos para o Piauí em percentual 30% inferior ao que foi planejado pela equipe econômica de Fernando Henrique. Enquanto isso, observou ele, São Paulo e Rio de Janeiro tiveram aumentados seus recursos em cerca de 70% e mais de 200%, respectivamente. O senador informou que também não houve ampliação nos recursos para os demais estados nordestinos.

– Este é o tratamento que Lula reserva para o seu companheiro de partido e para um dos estados mais pobres. Chega a ser humilhante o tratamento que o Executivo federal está impondo ao governador.

Tapa-buraco

Segundo o senador piauiense, a soma de todos os investimentos liberados para o estado até 5 de dezembro, inclusive os do Judiciário, totaliza apenas 2,76% da previsão de R\$ 286 milhões. Assinalou que, dos recursos, “metade foi utilizada em uma operação tapa-buraco nas estradas”. Heráclito acrescentou que um parlamentar petista chegou a anunciar dotação de R\$ 330 milhões para a recuperação de estradas no Piauí. Em aparte, Heráclito Fortes recebeu apoio de César Borges (PFL-BA).



DENÚNCIA Alvaro Dias afirma que a fome cresceu no país durante o governo Lula

Zero foi o crescimento do país, diz Alvaro

Após dizer que o programa Fome Zero não deslanchou, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) ressaltou que “zero” foi o índice de crescimento econômico do Brasil em 2003.

– A fome, ao contrário, aumentou porque a renda do trabalhador reduziu-se em 15,2% em relação ao ano anterior. O PT precisa descer do palanque e começar a governar.

O senador manifestou indignação diante do “mundo do espetáculo e da fantasia” que teria sido verificado na manhã de ontem no Palácio do Planalto. Ele reconheceu ser de alta qualidade o *marketing* do governo que, “por manhas e artimanhas”, sustenta a imagem do presidente e os bons resultados das pesquisas de opinião.

Alvaro Dias lembrou a promessa de campanha do PT para geração de 10 milhões de empregos em quatro anos. Como 2003 trouxe mais um milhão de desempregados, será preciso criar 11 milhões de vagas em três anos, argumentou. Segundo o senador, para atingir esse resultado, o crescimento econômico terá de ser de 8%, a cada um dos próximos três anos, tarefa que considera impossível de ser executada por “um governo sem plano e sem competência”.

Para o parlamentar, a maior conquista na política externa foi “transformar o presidente Lula em xodó do Fundo Monetário Internacional e dos banqueiros internacionais”.

Em aparte, o líder do PT no Senado, Tião Viana (AC), argumentou que o primeiro ano de governo é de estruturação administrativa e estabilização do país, mas o PT não esqueceu suas promessas. Também em aparte, o senador César Borges (PFL-BA) advertiu o governo para abandonar “o mundo da fantasia e mergulhar na dura realidade dos fatos”.

Maguito destaca ações do governo Lula

Unido de dados socioeconômicos e resultados de pesquisas de opinião, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) ressaltou feitos e elogiou a conduta do governo Luiz Inácio Lula da Silva em 2003. Em sua opinião, as críticas “câusticas e destrutivas” que vêm sendo feitas ao primeiro ano da gestão petista são, em grande parte, injustas.

– São os números sobre a realidade do país que falam a injustiça desses ataques.

Maguito Vilela comparou nú-

meros atuais com indicadores do último ano do governo Fernando Henrique para realçar os avanços do governo. Segundo informou, os juros “estratosféricos” de 26,5% ao ano passaram, hoje, para 16,5%; a inflação, situada em 2,39% no período, caiu para 0,34%; e o risco Brasil despencou de 2.400 pontos para 400. O senador também elogiou a política externa, os programas sociais, com destaque para o Fome Zero, e a recuperação das estradas.

Ao dizer que a recuperação das

rodovias em Goiás melhorou substancialmente com a chegada de Lula ao poder, Maguito foi alvo de apartes críticos dos senadores pefelistas Antonio Carlos Magalhães (BA) e Heráclito Fortes (PI).

– Peça a Lula para fazer pelo Brasil o que fez por Goiás para que tenhamos um país equilibrado como o que Vossa Excelência está pintando – observou Antonio Carlos.

Já Heráclito lamentou que as estradas do Piauí estejam recebendo péssimo tratamento do governo federal.



AVANÇOS Maguito lembrou a queda dos juros promovida pela atual administração

Agripino adverte para conseqüências de política de confronto com os EUA

■ Visitas de Lula a Cuba, Venezuela e Líbia não são bem-vistas pelos norte-americanos, afirma senador

Fotos: Roosevelt Pinheiro



CRESCIMENTO Agripino quer garantir o aumento do comércio com Estados Unidos

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), alertou o governo para as conseqüências de uma política de confronto com os Estados Unidos. Para ele, viagens do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Cuba, Venezuela e Líbia, “países governados por tiranos universais”, não são bem vistas pelo governo norte-americano e podem trazer resultados prejudiciais aos interesses brasileiros.

– O que ganha o Brasil com essas visitas? – perguntou.

Agripino observou que o

mundo se prepara para um período de crescimento econômico e que o Brasil reúne condições de “surfear nessa onda”, desde que saiba aproveitar as

oportunidades. Para isso, argumentou, é indispensável tratar os Estados Unidos com soberania, firmeza e habilidade, mas sem confronto, para que não levem seus investimentos e negócios para outros países considerados mais confiáveis.

Comércio

O senador lembrou que a dinamização das exportações é vital para a economia brasileira. Portanto, “seria ótimo” obter melhores regras para vender suco de laranja, produtos siderúrgicos e calçados para os Estados Unidos, o maior mercado do mundo. Ele acrescentou que receber investimentos estrangeiros também é fundamental, frisando que, mais uma vez, os Estados Unidos são o país que mais dinheiro investe no exterior.

– Estamos com uma carga tributária em torno de 40% do PIB, com perspectivas de aumento. Esse fato não é bom para atrair investimentos. Marcos regulatórios atrasados, como o que está sendo anunciado para a energia elétrica, e condições insatisfatórias de infra-estrutura como rodovias, saneamento básico e portos também não ajudam a atrair capitais estrangeiros.

Ao concluir o pronunciamento, José Agripino reconheceu ser o presidente Lula “um vendedor de esperanças”. Ele advertiu, no entanto, que a ineficiência de quadros do governo e a falta de planos concretos, se não forem corrigidos, farão com que 2004 seja um ano tão frustrante para a população brasileira como foi 2003.

Azeredo: “PSDB não tem motivos para se envergonhar do passado”

Destacando a oposição positiva adotada pelo PSDB, o senador Eduardo Azeredo (MG) disse ontem que não é o seu partido “quem tem motivos para se envergonhar de propostas feitas no passado e não cumpridas no presente, mas sim o partido que abandonou seu programa”.

– Temos lutado para defender as conquistas que obtivemos ao longo da administração Fernando Henrique Cardoso e para impedir retrocessos prejudiciais ao país. O que temos visto nos últimos meses difere radicalmente das nossas idéias e do

que o país exige para se desenvolver – afirmou.

Azeredo observou que, por insegurança, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva optou por uma dosagem excessiva na aplicação de instrumentos restritivos da política monetária, ignorando o clamor geral pela redução das taxas de juros.

Conforme o senador, o resultado foram meses de sacrifício desnecessário que ampliaram o número de desempregados desde o mês de janeiro.

– Para cumprir a sua mais cara proposta de campanha, o

governo atual terá de criar quase 11 milhões de novos postos de trabalho nos próximos três anos, o que exigirá crescimento econômico num ritmo muito superior aos 3,5% previstos para 2004 – alertou.

Concentração

Eduardo Azeredo assinalou que, ao reduzir a renda dos trabalhadores, o modelo econômico seguido pelo governo concentra a riqueza de forma perversa.

O senador acrescentou que, para verificar essa situação, basta comparar o que será gasto este ano no pagamento de



RESULTADO Conforme Azeredo, o modelo econômico adotado concentra a renda

juros com os recursos destinados a aposentadoria. Segundo o parlamentar, para pagar as aposentadorias de cerca de 20 milhões de brasileiros o INSS deverá gastar este ano R\$ 105 bilhões, enquanto as despesas com juros devem chegar a R\$ 154 bilhões.

Acordo garante recursos para o meio ambiente

■ Comissão de Relações Exteriores aprova benefício para a Amazônia e a Mata Atlântica

A preservação da Mata Atlântica e a criação de áreas de proteção ambiental na Amazônia poderão receber investimentos de 35 milhões de euros. Os recursos estão previstos em acordo celebrado em junho deste ano entre o Brasil e a Alemanha e contemplado pelo projeto de Decreto Legislativo 895/03, que recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Conforme o texto, os recursos serão doados pela Sociedade Alemã para Cooperação Técnica (GTZ) e investidos em projetos vinculados ao Ministério do Meio Ambiente. O relator Rodolpho Tourinho (PFL-BA)

considerou inequívocos os benefícios garantidos pelo acordo ao meio ambiente brasileiro. O projeto será examinado agora pelo Plenário.

O presidente da CRE, Eduardo Suplicy (PT-SP), destacou que a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, pediu urgência na aprovação do acordo. Hélio Costa (PMDB-MG) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG) elogiaram a atuação da GTZ no trabalho de assistência social com meninos de rua. Sibá Machado (PT-AC) lembrou que a instituição vem fazendo importante trabalho na Amazônia.

Foram aprovados ainda pareceres favoráveis ao Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 859/03, decorrente de acordo que sistematiza as normas dos países do Mercosul sobre o benefício da Justiça gratuita e assistência jurídica gratuita em um corpo único de normas; a acordo firmado entre Brasil e Bolívia e contemplado no PDL

892/03, tratando da construção de ponte sobre o Rio Acre; ao PDL 885/03, sobre acordo de Assistência Mútua entre o Brasil e a Rússia para prevenção, investigação e combate a infrações aduaneiras; e ao PDL 891/03, que aprova acordo entre o Brasil e a Nova Zelândia sobre o exercício de atividade remunerada por dependente de funcionários diplomáticos.

Foram aprovados também dois protocolos internacionais. O primeiro – PDL 893/03 – trata do décimo primeiro protocolo adicional ao acordo de Complementação Econômica 36, firmado entre os países do Mercosul e a Bolívia. O outro – PDL 856/03 – cuida de regras para prosseguimento de estudos de pós-graduação nas universidades dos estados-membros do Mercosul e da Bolívia. Foi acolhido ainda parecer favorável ao PDL 857/03, que regulamenta o uso dos símbolos do Mercosul.



AGENDA Na reunião presidida por Suplicy (E), senadores aprovaram diversos acordos internacionais

Câmara e Senado lançam revista com resumo das atividades do ano

A Câmara dos Deputados e o Senado Federal lançam hoje a primeira revista de balanço anual produzida pelas duas Casas legislativas. Em 80 páginas, a revista *Congresso* mostra por que 2003 é um marco legislativo, ao retratar os principais acontecimentos do Parlamento, desde a votação das reformas previdenciária e tributária e discussões em comissões permanentes e parlamentares de

inquérito até inovações administrativas.

A revista dá destaque às discussões que resultaram na aprovação do Estatuto do Idoso e do Estatuto do Desarmamento e nas novas leis de proteção ao torcedor, entre outras. A publicação busca dar transparência e visibilidade aos trabalhos legislativos.

A tiragem de 10 mil exemplares destina-se aos parlamenta-

res de todas as esferas legislativas do país, principais órgãos públicos, bibliotecas, embaixadas, imprensa e entidades da sociedade civil. Essa é a terceira publicação conjunta do ano – foram impressos dois jornais por ocasião dos 180 anos do Congresso e do aniversário da Constituinte – e vem consolidar o estreitamento da relação entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal.

Osmar aponta ilegalidade de decreto que altera Ancine

O senador Osmar Dias (PDT-PR) classificou como ilegal o decreto presidencial 4.858, editado no último dia 13 de outubro, que, entre outras medidas, altera a composição do Conselho Superior do Cinema (Concine) e tira a Agência Nacional do Cinema (Ancine) do âmbito do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e a vincula à estrutura do Ministério da Cultura.

A ilegalidade, esclareceu o senador, é que um decreto presidencial não pode inovar a ordem jurídica vigente, no caso a Medida Provisória 2.228-1, de



Osmar Dias: prejuízos para o cinema nacional

Roosevelt Pinheiro

2001, consolidada pela Lei 10.454, de 2002, que, ao estabelecer os princípios gerais da Política Nacional do Cinema, criou a Ancine e o Concine.

Além de expressar preocupação com os prejuízos que o cinema nacional poderá sofrer com os efeitos do decreto presidencial, Osmar advertiu o Senado sobre a possibilidade de o governo, se não for contestado, passar a intervir por meio de decretos na legislação que rege as demais agências reguladoras.

Em aparte, Hélio Costa (PMDB-MG) manifestou-se contra o decreto presidencial.

José Jorge anuncia eleição de Marco Maciel para a Academia

O senador José Jorge (PFL-PE) anunciou ontem, em Plenário, a vitória do senador Marco Maciel (PFL-PE) na eleição da Academia Brasileira de Letras (ABL). Ele ocupará a vaga que pertenceu ao jornalista Roberto Marinho.

Maciel venceu por 28 votos a 9 o escritor paulista Fernando Moraes. José Jorge parabenizou Marco Maciel e se disse "orgulhoso como pernambucano".

O senador tem quatro livros publicados: *Vocação e Compromisso*, *Idéias Liberais* e *Realida-*



Maciel ocupa vaga de Roberto Marinho

Roosevelt Pinheiro

de, *Liberalismo e Justiça Social e Educação e Liberalismo*.

Maciel, de 63 anos, disputou a vaga com outros 11 concorrentes — Laurita Mourão, Gilmar Aparecido Cardoso, João Batista do Espírito Santo, Nelson Valente, Andréa Borba, Heloísa Studart, Paulo Hirano, Waldemar Cláudio dos Santos, Fernão Avelino, Elma Queiroz Bello e Blasco Rego.

Marco Maciel iniciou a vida pública em 1967, quando se elegeu deputado estadual.



TRANSPARÊNCIA Revista impressa na gráfica do Senado busca dar maior visibilidade aos trabalhos legislativos

Gerardo Magalhães

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos e Romeu Tuma